

# TEMPO, MEMÓRIA E FILOSOFIA

Leonardo Guedes Ferreira

Aluno do Curso de Filosofia – Universidade Mackenzie

## **Introdução**

A Idade Média é marcada na história principalmente pela grande influência da Igreja perante a sociedade, sendo tal período histórico caracterizado como teocêntrico (“Deus no centro”), uma vez que o homem deveria estar subordinado em relação a Deus, e a razão deveria estar subordinada à fé.

Tais ideias acerca da subordinação do homem a Deus e da razão à fé, acabaram marcando o pensamento filosófico medieval por vários séculos, onde além de legitimarem o poder da Igreja, também foram reflexo de uma época conturbada quanto a invasões e guerras, que foram predominantes na formação do mundo medieval.

Muitos filósofos deste período se preocuparam, portanto, em discutir assuntos ligados diretamente com a fé e as suas relações com as doutrinas cristãs, de maneira em que, para eles, a fé deveria ser exaltada, em detrimento da razão, que deveria, por sua vez, estar subordinada à fé.

Alguns filósofos, entretanto, tentaram conciliar a fé com a razão, sendo um dos principais expoentes dessa conciliação, Santo Agostinho, que tentou justificar tais crenças a partir de explicações racionais, demonstradas em muitas de suas obras, sendo uma das principais: “Confissões”.

Em sua obra: "Confissões", dentre diversos assuntos, Agostinho, no "Livro XI", trata especialmente sobre o assunto do tempo e sua relação condicionalmente intrínseca com a memória, demonstrando de uma determinada maneira, que não podemos compreender a natureza do tempo, sem antes recorrermos a um entendimento acerca da memória.

O tratado que Agostinho faz acerca do tempo é considerado como um dos maiores escritos sobre tal tema, que perpassa por diversas discussões ao longo de toda a história da filosofia, onde Agostinho aborda também o tema da memória e sua relação com o tempo.

### **Desenvolvimento**

No "Livro XI" da obra: "Confissões", Agostinho faz uma clara distinção entre o tempo e a eternidade, demonstrando a instabilidade do primeiro, diante da segunda, pois o tempo é constituído de sucessões de múltiplos instantes, enquanto que na eternidade, não há sucessões, pois todo e qualquer instante eterno, será sempre um instante presente, portanto, constitui-se de uma estabilidade pautada pela simultaneidade dos instantes presentes, diferente do tempo, onde nada é simultâneo.

Antes de toda a criação divina, jamais houve tempo, pois não poderia ter havido tempo algum, uma vez que o próprio tempo não tivesse sido criado, logo, antes da criação, só havia a eternidade.

O tempo é caracterizado por sua tendência para deixar de existir, caso contrário, deixaria de ser tempo, passando a ser, eternidade; portanto, o presente deve estar sempre atrelado ao passado, pois somente a eternidade irá se valer de um eterno presente.

Agostinho atribui à alma humana, a capacidade de medir os momentos, podendo desta maneira, classifica-los como longos ou breves, e só o podemos fazer, pelo fato de que conseguimos sentir o tempo passar, podendo assim, o mesmo ser medido através da percepção da consciência; logo, só poderíamos desta maneira, medir o tempo presente, uma vez que o tempo passado, já passou e o tempo futuro, ainda estaria por passar, de modo em que tanto o passado, quanto o futuro, não poderiam ser percebidos de tal forma.

Porém, o fato de que nem o passado e nem o futuro poderem ser percebidos, não significa que eles não existam, pois seria impossível predizer o futuro, se ele não existisse, da mesma maneira, toda e qualquer história contada, não passaria de uma mentira, caso o passado também não existisse.

Dessa maneira, se considerarmos a existência do passado e do futuro, não podemos dizer que eles existam enquanto passado ou enquanto futuro, pois o que se passou, não existe mais e o que ainda não passou, não existe ainda, podendo somente então, existirem enquanto presentes.

O passado, que não existe mais, ainda pode ser acessado por meio de lembranças, onde as imagens que ainda estão contidas na memória podem passar a vir à tona no presente, na forma de lembranças. Já o futuro, que ainda não existe, pode ser predito em função dos sinais existentes no presente, como por exemplo: podemos prever a chuva, mesmo antes que ela aconteça, uma vez que se basearmos na observação de nuvens acinzentadas que servem de "sinal" presente, para que possamos assim, predizer uma provável chuva futura.

Pautado por essas análises, Agostinho conclui então, que existem três tempos: o presente do passado (que seria a memória), o presente do

presente (que seria a intuição) e o presente do futuro (que seria a expectativa).

Muitos associam o tempo ao movimento; porém, o movimento de um corpo, difere da medida de sua duração, logo, o tempo seria uma espécie de duração da medida não só do movimento de um corpo, como também, do repouso de um corpo.

Considerando que o tempo pode ser medido, o que, de fato, estaria sendo medido? Não poderia ser o tempo que passou, pois não é possível medir algo que já deixou de existir; também não poderia ser o tempo que ainda não passou, pois seria impossível medir algo que ainda não existe; restaria então, somente o tempo que está passando; porém, o mesmo, por estar no presente, não teria duração, sendo desta maneira, impossível de ser medido. O tempo, portanto, não pode ser medido enquanto passa, mas somente, podemos medi-lo através da impressão que permanece em nossas memórias, em forma de lembranças, que persistem, mesmo depois de terem passado, podendo ser acessadas no presente.

A partir de tal argumento, Agostinho acaba reformulando, de certa maneira, sua ideia de que o tempo só poderia ser medido no momento em que passasse, atribuindo então, à memória, o papel fundamental, de permitir que o tempo seja medido, de acordo com sua impressão registrada no momento em que passou; podendo apenas ser medido por meio de uma lembrança, que pode ser acessada pela memória, no presente. Portanto, é graças à memória, que podemos medir o tempo.

## **Conclusão**

Conclui-se então, a partir de uma reflexão acerca da obra de Agostinho, que a memória é condição fundamental para que possamos medir o tempo, e diferenciá-lo da eternidade.

Portanto, uma vez em que antes da criação divina, não haveria tempo algum, somente poderia haver eternidade, logo, Deus (o criador), só existe enquanto um ser eterno, só podendo existir para ele, o presente; como se toda sua existência se resumisse em um único dia, que nunca terminaria; pois se terminasse, passaria a ter uma característica temporal, que é a de deixar de existir, não podendo assim, ser considerado como eterno.

A memória seria dessa maneira, o fator que diferenciaria a criação, que seria temporal, do criador, que seria eterno; pois só poderíamos reconhecer o tempo, devido à nossa capacidade de percebê-lo e medi-lo, através da memória; podendo assim, classificarmos o tempo enquanto passado, presente e futuro; e quanto a sua duração: se longo, ou breve; diferente de Deus, que viveria em um eterno presente; onde todos os instantes ocorreriam simultaneamente, e não, como o nosso tempo, que consistiria em múltiplos instantes sucessivos.

Por fim, podemos considerar que é somente depois de haver um prévio entendimento acerca da memória, que podemos ter uma compreensão maior sobre a natureza do tempo; que se trata de um assunto polêmico e discutido ao longo de toda a história da filosofia.

## Referências bibliográficas

AGOSTINHO, Santo. Confissões. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

FERREIRA, Leonardo Almada. Sobre a indissociabilidade entre tempo e memória em Santo Agostinho. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs-2.3.4/index.php/agora/article/view/86/80>>. Acesso em: 08 out. 2014.

SOUSA, Rainer. Santo Agostinho e São Tomás de Aquino: dois expoentes do pensamento filosófico medieval. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiag/filosofia-medieval.htm>>. Acesso em: 08 out. 2014.



<http://revistapandorabrasil.com>